



MINUTA – CONTRATO Nº ____/2026

O **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na Cidade de Santa Cecília, CEP 89.540-000, inscrito no CNPJ sob o nº 85.997.237/0001-41, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. **CARLOS ENRIQUE GARCIA LANGER**, no uso de suas atribuições, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr (a)., doravante denominado **CONTRATADA**, em decorrência do Processo Administrativo Licitatório nº 074/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026, firmam o presente instrumento, regido de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 1.695/2023 e demais legislações atinentes à matéria e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por finalidade a contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos e motoristas devidamente habilitados, visando atender à crescente demanda de alunos da Rede Municipal de Ensino que necessitam de deslocamento diário até as unidades escolares, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no edital e em seus anexos:

ITEM	UNID	OBJETO	KM DIÁRIO	KM ADICIONAL DIÁRIO (QUANDO HOVER)	ANUAL	MÉDIA	TOTAL ANUAL
Linha 1	KM	Ubatã–Fazenda Dolbeth, Fazenda Lucas, Localidade Taiti e Por do Sol até escolas de Santa Cecília. De seg. A Sex. Número de alunos: 15 Período: Matutino	113,20 KM	ROTA FIXA	22.640KM		
Linha 2	KM	Faz. Ferradura, Faz. Dalmolin, Faz. Estefanes, Faz. Guararapes até o ponto de ônibus da Linha Férrea (Lucas Belli). Veículo com capacidade mínima 05 pessoas. De seg. A Sex. Número de alunos:03 Período: Matutino	25,80 KM	ROTA FIXA	5.160 KM		
TOTAL:							

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO OBJETO

2.1. São requisitos desta prestação de serviços a qualidade, eficiência e conformidade com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo de total responsabilidade da empresa contratada assegurar que todos os serviços atendam aos padrões exigidos pela Administração Pública.

2.3. Os condutores de transporte escolar deverão atender integralmente ao previsto no art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro e ao seguinte:

a) Os motoristas deverão estar devidamente identificados com uniformes, crachá com foto recente, indicando o nome da empresa e seus dados pessoais.



- b) Não fumar durante o tempo em que estiver transportando.
- c) Não ingerir e não exibir bebidas alcoólicas aos estudantes.
- d) Não permitir o porte e a ingestão de bebida dentro do veículo por parte dos alunos.
- e) Solicitar o passe emitido pela secretaria de educação, dos alunos que usarem o transporte.
- f) Tratar com respeito os alunos.
- g) Manter o veículo em perfeitas condições de uso, limpo e higienizado.
- h) Exigir o uso do cinto de segurança pelos transportados, conforme consta nos Artigos 65 e 167 do Código de Trânsito Brasileiro.
- j) Manter a porta do veículo fechada, durante todo o percurso.
- k) Denunciar qualquer suspeita de irregularidade ao órgão competente a segurança dos alunos, bem como disciplina da atividade.
- l) Não permitir que o veículo seja conduzido por pessoas não autorizadas.
- m) Portar os documentos do veículo, e do motorista.
- n) Não abastecer o veículo quando estiver com passageiros.

2.4. Ainda, a empresa deverá observar o seguinte:

- a) Participar de reuniões de trabalho, bem como submeter os condutores dos veículos a cursos e treinamentos determinados pelo Município.
- b) Se comprometer a realizar a troca de motoristas, se necessário, e apresentar a documentação pertinente.
- c) No caso de necessidade de manutenção ou reparos, a empresa deverá colocar imediatamente veículos substitutos nas mesmas condições indicadas neste procedimento, comunicando por escrito à Secretaria Municipal de Educação.
- d) Manter em dia o licenciamento dos veículos do transporte escolar.
- e) Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais.
- f) Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer dia e horário, aos veículos do transporte, bem como aos registros e documentos de natureza contábil, trabalhista, social e tributária e às instalações utilizadas como apoio aos serviços prestados.
- g) Observar os roteiros e horários determinados pelo Município, inclusive quando houver sua alteração, durante a vigência do contrato.
- h) Prestar informações e apresentar documentos na forma e na frequência determinadas pelo Município.
- i) Cumprir as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, as Resoluções do CONTRAN e as demais normas aplicáveis ao transporte escolar.
- j) Manter relação respectiva a cada turno e itinerário, com informações do nome dos usuários autorizados, telefone para contato, nome dos pais ou responsáveis, endereço residencial e outras informações determinadas pelo Município.
- k) Responder, por si ou seus prepostos, pelos danos causados à União, Estado e Município, ou a terceiros, comprometendo-se a acatar as leis e regulamentos, quer existentes, quer futuros.

2.5. Após receber a Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou documento equivalente, a empresa deverá iniciar imediatamente a execução do transporte escolar, seguindo os roteiros estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação. Esses roteiros poderão ser alterados quando necessário, sendo as mudanças formalizadas e comunicadas com pelo menos 24 horas de antecedência.



2.6. A prestação do serviço deverá cumprir todas as exigências deste Termo de Referência e da legislação vigente aplicável ao transporte escolar. O calendário escolar anual da rede municipal será a base obrigatória para o planejamento da demanda.

2.7. O contrato contempla 02 linhas distintas, com trechos e percursos definidos, identificando as comunidades atendidas e a sequência de recolhimento dos alunos. O ponto inicial de cada rota será o mais remoto descrito no itinerário ou outro indicado formalmente pela Secretaria Municipal de Educação.

2.8. A remuneração será calculada com base na quilometragem efetivamente percorrida, pelo método “ponto a ponto”, considerando o deslocamento do ponto mais remoto até a unidade escolar mais distante no perímetro urbano e o retorno à comunidade de origem.

2.9. O transporte deverá ser realizado diariamente, conforme itinerário, com veículos que atendam ou superem as especificações do edital. Os horários de embarque deverão ser monitorados rigorosamente, garantindo pontualidade e segurança no transporte dos alunos. A empresa terá acesso a todas as informações do calendário escolar e a eventuais ajustes de horários.

2.10. Não é obrigatória a instalação de sistema de videomonitoramento ou rastreamento, mas o Município poderá optar por sua instalação, cabendo à empresa assegurar as condições para montagem, manutenção e devolução dos equipamentos em perfeito estado.

2.11. Todos os veículos utilizados devem atender às especificações deste Estudos e estar em conformidade com as normas do CONTRAN, DENATRAN, DETRAN/SC e demais exigências legais. Será permitido o uso dos veículos para outros serviços aos sábados, domingos e feriados, desde que o transporte escolar tenha prioridade e seja solicitado com antecedência mínima de 24 horas.

2.12. A fiscalização das condições dos veículos será realizada no início da execução e poderá ocorrer a qualquer momento. Todo o serviço deverá ser registrado em relatórios analíticos padronizados, contendo informações sobre quilometragem percorrida, número de passageiros transportados e eventuais ocorrências, a serem validados pelos técnicos da contratante.

2.13. A empresa deverá seguir as instruções e recomendações do Município para aprimorar o serviço e comunicar eventuais reclamações recebidas. Será responsável por todas as providências, custos e substituições em caso de impedimentos, garantindo a troca imediata de veículos ou condutores por outros que atendam aos requisitos legais e contratuais.

2.14. O Município poderá designar monitores escolares para acompanhar determinadas rotas, devendo a empresa garantir a presença desses profissionais sempre que solicitado.

2.15. Para o início da execução, a empresa deverá disponibilizar um veículo, com no mínimo 05 lugares, adequado dentro das normas para transporte escolar que atenda o número de alunos da sua respectiva rota, para cada uma das 02 linhas. Durante a vigência do contrato, novos veículos poderão ser encaminhados para aprovação, desde que atendam às exigências do Termo de Referência.



2.16. O recebimento dos serviços será feito provisoriamente, para verificação de conformidade, e definitivamente, após conferência da quantidade e qualidade. Mesmo após o recebimento definitivo, a empresa continuará responsável pela qualidade e deverá corrigir quaisquer irregularidades identificadas.

2.17. O Município poderá inspecionar a qualidade dos serviços a qualquer momento, rejeitando-os, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações ou proposta apresentada, cabendo à contratada realizar as substituições e correções necessárias.

2.18. Qualquer execução fora do estabelecido no edital e anexos será imediatamente notificada, devendo a empresa providenciar as adequações de forma imediata e por sua conta e risco, sujeitando-se ainda às sanções previstas no edital e na legislação aplicável.

- **OBS: A secretaria informa que hoje não há crianças com deficiências físicas, mas a contratada deverá garantir que caso venha a ter, deverá adaptar imediatamente.**

Quadro-Resumo – Execução dos Serviços de Transporte Escolar

Categoria	Principais Obrigações
Início da Operação	Executar imediatamente após recebimento da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço; seguir roteiros da Secretaria Municipal de Educação; alterações comunicadas com 24h de antecedência.
Planejamento	Cumprir o calendário escolar anual como referência; atender às dez linhas com rotas e comunidades definidas; respeitar ponto inicial indicado (mais remoto ou definido pela Secretaria).
Cálculo de Pagamento	Remuneração conforme quilometragem efetiva percorrida (“ponto a ponto”), ida e volta, com base no itinerário mais remoto.
Prestação do Serviço	Operar diariamente conforme itinerário; manter veículos nas condições mínimas exigidas; controlar horários de embarque e chegada; ter acesso a informações sobre alterações de calendário.
Equipamentos de Segurança	Atender às especificações e às normas do CONTRAN, DENATRAN, DETRAN/SC; permitir instalação de videomonitoramento ou rastreamento, se solicitado pelo Município.
Uso dos Veículos	Permitido uso aos finais de semana e feriados, desde que transporte escolar tenha prioridade e seja avisado com 24h de antecedência.
Fiscalização	Veículos inspecionados no início e a qualquer tempo; empresa deve permitir acesso e apresentar relatórios analíticos (quilometragem, passageiros, ocorrências).
Substituições	Em caso de impedimento, substituir veículo ou condutor imediatamente ou em até 24h; manter novos veículos aprovados pela Secretaria; garantir condutores com documentação e certidões atualizadas.



Categoria	Principais Obrigações
Monitores	Garantir presença de monitores escolares sempre que designado pelo Município.
Frota Inicial	Disponibilizar, no início, para cada linha um veículo adequando dentro das normas de transporte escolar e deste ETP e que atenda o número de alunos da sua respectiva rota.
Recebimento dos Serviços	Provisório: verificação inicial. Definitivo: aceitação após conferência. Empresa mantém responsabilidade mesmo após recebimento definitivo.
Correção de Irregularidades	Corrigir, por conta própria, serviços fora do padrão; sujeito a sanções previstas no edital e na lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MEDIÇÃO

3.1. A medição dos serviços de transporte escolar será realizada mensalmente, pela fiscalização designada pela Administração Municipal, com base nos serviços efetivamente executados no período de apuração, considerando a quilometragem efetivamente percorrida, os dias letivos atendidos, os roteiros autorizados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, no contrato e demais documentos que instruem o processo.

3.2. A medição observará o método de cálculo por quilômetro rodado, na forma “ponto a ponto”, considerando o percurso autorizado pela Secretaria Municipal de Educação, desde o ponto inicial da rota, correspondente ao ponto mais remoto ou outro formalmente indicado pela Administração, até a unidade escolar de destino, incluindo o respectivo retorno à comunidade de origem, conforme itinerário previamente aprovado.

3.3. Para fins de apuração dos valores devidos, serão considerados somente os quilômetros efetivamente executados em conformidade com os roteiros oficiais, horários estabelecidos, calendário escolar e autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Educação, não sendo devido pagamento por deslocamentos particulares, trajetos não autorizados, desvios injustificados, interrupções indevidas ou percursos realizados sem prévia anuência da Administração.

3.4. A medição mensal deverá ser acompanhada de relatório analítico apresentado pela contratada, contendo, no mínimo:

- a) identificação da linha executada;
- b) datas de execução dos serviços;
- c) quilometragem diária percorrida;
- d) quilometragem total do período;
- e) identificação do veículo utilizado;
- f) identificação do motorista responsável;
- g) número aproximado de alunos transportados;
- h) registro de eventuais ocorrências, atrasos, substituições de veículo ou motorista, alterações de rota, paralisações, problemas mecânicos ou quaisquer fatos relevantes;
- i) comprovação de que o veículo e o condutor permaneceram regulares durante o período executado, quando solicitado pela fiscalização.

3.5. A fiscalização poderá conferir os dados apresentados pela contratada com base em registros próprios da Secretaria Municipal de Educação, calendário escolar, controle de frequência das rotas, informações das unidades escolares, documentos dos veículos, registros de tacógrafo, relatórios de ocorrência, vistorias, reclamações recebidas e demais meios admitidos para verificação da adequada execução contratual.

3.6. A medição considerará, cumulativamente:



- a) a efetiva prestação do serviço nos dias letivos e horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- b) o cumprimento integral dos roteiros autorizados;
- c) a quilometragem efetivamente percorrida e validada pela fiscalização;
- d) a pontualidade no embarque e desembarque dos alunos;
- e) a utilização de veículo previamente aprovado pela Administração;
- f) a regularidade documental do veículo e do condutor;
- g) a observância das normas do Código de Trânsito Brasileiro, CONTRAN, DETRAN/SC e demais normas aplicáveis ao transporte escolar;
- h) as condições de segurança, higiene, conservação e funcionamento do veículo;
- i) a inexistência de irregularidades que comprometam a qualidade, continuidade ou segurança do transporte escolar;
- j) a apresentação dos relatórios e documentos exigidos pela Administração.

3.7. Caso sejam constatadas inconsistências nos relatórios, divergência de quilometragem, descumprimento de rota, ausência de execução, atrasos injustificados, substituição não autorizada de veículo ou motorista, ausência de documentação obrigatória, falhas de segurança ou qualquer inconformidade na prestação dos serviços, a fiscalização poderá glosar total ou parcialmente os valores correspondentes, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

3.8. Não serão objeto de pagamento os serviços não executados, executados em desacordo com o roteiro autorizado, realizados por veículo ou motorista não aprovado pela Administração, ou prestados em desconformidade com as exigências legais, contratuais e técnicas previstas neste Termo de Referência.

3.9. Eventuais alterações de rota, acréscimos de quilometragem, suspensão de aulas, paralisações, recesso escolar, atividades extracurriculares ou mudanças de calendário somente produzirão efeitos para fins de medição e pagamento quando formalmente autorizadas ou reconhecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

3.10. O recebimento provisório dos serviços ocorrerá mensalmente, mediante análise preliminar da documentação apresentada, dos relatórios de execução e da verificação da conformidade dos serviços prestados.

3.11. O recebimento definitivo ocorrerá após conferência pela fiscalização e atesto do setor competente, confirmando a regularidade da execução, a quilometragem efetivamente validada, a conformidade dos serviços com as exigências do Termo de Referência e a inexistência de pendências que impeçam a liquidação da despesa.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO REAJUSTE, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO

4.1. Do Preço e do Reajuste

4.1.1. O preço total para a prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, é de R\$ 222.834,00 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais).

4.1.2. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da proposta econômica apresentada, sob a qual será aplicado o acumulado dos últimos 12 (doze) meses do INPC para o período, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou o índice que vier a substituí-lo (marco inicial – data da apresentação da proposta).

4.1.2.1. O reajuste será apurado e implementado mediante requerimento da CONTRATADA, ou de ofício pela CONTRATANTE, e formalizado mediante simples apostilamento, conforme previsão contida no item 9.4 deste instrumento.

4.1.3. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 30 (trinta) dias



4.2. Das Condições de Pagamento

4.2.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor devido, em até 15 (quinze) dias contados da data da emissão da NF, mediante apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa dos bens fornecidos, que deverá ser emitida em nome do _____, CNPJ nº _____, devendo constar também o número da licitação e do contrato.

4.2.2. O pagamento será efetuado através de ordem bancária na conta-corrente da CONTRATADA, qual seja: Banco _____ (nº do Banco), Agência _____, Conta Corrente nº _____.

4.2.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.2.4. O pagamento da fatura será susgado se verificada execução defeituosa do contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetuado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.2.5. A alíquota do ICMS a ser aplicada será considerada aquela fixada para as operações internas no Estado de origem, conforme disposto no artigo 155, inciso VII, alínea "b", da Constituição Federal.

4.3. Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos, de forma proporcional, com base no INPC do mês imediatamente anterior ao do pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 1.678/2023

5.1. De acordo com o Decreto Municipal no 1.678, de 13 de julho de 2023, os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Santa Cecília, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB no 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

5.2. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

5.3. Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art. 4º da Instrução Normativa RFB no 1.234, de 2012 (art. 7º, do Decreto Municipal no 1.678/2023).

5.4. Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 2º, do Decreto Municipal no 1.678/2023, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

5.5. A contar de 1º de setembro de 2023, segundo a Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) no 169, de 27 de julho de 2022, todos os MEI devem emitir a NFS-e no padrão nacional.

5.6. Os documentos de cobrança ou fiscais emitidos em desacordo com o previsto, não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.



CLÁUSULA SEXTA– DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O objeto contratual será integralmente fornecido em até 10 (dez) dias, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após assinatura do Contrato ou Termo Aditivo que o alterar.

6.2. O prazo de vigência contratual será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com início em __/__/__ e término em __/__/__, podendo ser prorrogado nas hipóteses legalmente previstas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. O pagamento do presente contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento do Exercício de 2025, na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	07.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO 07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade	12.361.0010.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Funcional	104- 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS
Compl.Elemento	3.3.90.39.32– Serviços de Transportes Escolar Recursos:
Recursos/Dotações	1.500.1001.0001–25% educação
Recursos/Dotações	1.571.0000.0062–Convenio Estado
VALOR	R\$ 222.834,00

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

- Atender a todas as leis, regulamentos e cláusulas contratuais aplicáveis, inclusive a legislação vigente sobre transporte escolar.
- Observar integralmente o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), as resoluções do CONTRAN e demais normas correlatas.
- Utilizar apenas veículos previamente aprovados pela Secretaria Municipal de Educação.
- Garantir que os veículos atendam a todos os requisitos técnicos exigidos no edital, incluindo idade máxima permitida, equipamentos obrigatórios, pintura e identificação adequadas, dispositivos de segurança e seguro total, durante toda vigência contratual.
- Efetuar manutenção preventiva e corretiva, mantendo a frota em perfeitas condições de conservação, higiene e funcionamento.
- Disponibilizar veículos, com no mínimo 5 lugares ou a quantidade exigida para respectiva linha, conforme especificações do edital.
- Providenciar veículos substitutos, em condições equivalentes, sempre que necessário por motivo de manutenção, quebra ou impedimento.
- Garantir que todos os condutores possuam habilitação compatível e curso específico para transporte escolar.
- Apresentar e manter atualizadas as certidões negativas de antecedentes criminais exigidas.
- Submeter motoristas a treinamentos e reuniões de trabalho determinadas pelo Município.
- Assegurar postura adequada, respeito e cordialidade no atendimento aos alunos, proibindo práticas como fumar, ingerir bebidas alcoólicas ou permitir comportamentos inadequados no interior do veículo.
- Cumprir os roteiros e horários determinados pela Secretaria Municipal de Educação, inclusive alterações comunicadas com antecedência mínima de 24 horas.
- Observar o calendário escolar da rede municipal como referência para o planejamento e



execução dos serviços.

- n) Garantir a pontualidade e a segurança no embarque, transporte e desembarque dos alunos.
- o) Receber e garantir a presença de monitores escolares sempre que designados pelo Município.
- p) Permitir acesso irrestrito da fiscalização municipal aos veículos, documentos, registros e instalações relacionadas ao serviço.
- q) Elaborar e entregar relatórios analíticos padronizados sobre a execução, contendo quilometragem percorrida, número de passageiros e ocorrências registradas.
- r) Atender prontamente a orientações, recomendações e notificações emitidas pela Secretaria Municipal de Educação.
- s) Responder por todas as providências e custos decorrentes de impedimentos na execução do serviço.
- t) Substituir imediatamente veículo ou motorista que não atenda aos requisitos legais, técnicos ou contratuais.
- u) Prestar informações solicitadas pelo Município e comunicar eventuais reclamações recebidas, adotando medidas corretivas.
- v) Atender integralmente às especificações técnicas, prazos, condições e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, no editale no instrumento contratual, garantindo a perfeita execução do objeto.

8.2 Das Obrigações da Contratante

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Informar à CONTRATADA, com antecedência mínima razoável, a data de início da execução dos serviços de transporte escolar, bem como repassar os dados necessários para o cumprimento dos roteiros e itinerários definidos pela Secretaria Municipal de Educação.
- b) Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados, observando os valores constantes na Ata de Registro de Preços vigente ou no contrato firmado, mediante apresentação da documentação fiscal exigida pela legislação aplicável, devidamente atestada pelo setor competente.
- c) Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços contratados, por meio de servidor designado, com o objetivo de verificar o fiel cumprimento das condições pactuadas e assegurar a qualidade do transporte prestado, bem como o cumprimento das normas de segurança.
- d) Comunicar formalmente à CONTRATADA a ocorrência de quaisquer irregularidades, deficiências ou descumprimentos identificados durante a execução contratual, solicitando as providências corretivas cabíveis.
- e) Assegurar, nos locais de embarque e desembarque dos alunos, as condições mínimas de segurança e infraestrutura necessárias para a adequada execução dos serviços, tais como acesso seguro, espaço adequado para manobras, sinalização e controle de fluxo.
- f) A Secretaria Municipal de Educação reserva-se o direito de avaliar continuamente a qualidade dos serviços prestados, podendo adotar medidas corretivas sempre que necessário, a fim de garantir que o transporte escolar atenda plenamente aos objetivos educacionais e aos interesses da comunidade escolar.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A gestão e a fiscalização do Contrato serão realizadas pelos servidores indicados no processo administrativo instaurado para instrumentalizar a contratação, em conformidade com as disposições contidas no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, e no art. 11 do Decreto Municipal nº 1.695/2023.



9.2. Eventuais alterações dos gestores e fiscais do contrato serão realizadas por meio de ato administrativo inserido na instrução administrativa, dispensada qualquer alteração ou apostilamento contratual para sua produção de efeitos.

8.3. A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a completa responsabilidade da CONTRATADA pela inobservância de qualquer obrigação assumida ou por vícios e defeitos no objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. A alteração contratual, quando couber, será processada da seguinte forma:

10.1.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE:

- a) quando houver modificação do objeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, desde que não implique transfiguração do objeto;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei e pela previsão contida no item 9.2;

10.1.2. Em virtude de acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- c) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecido.

10.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

10.4. Os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- I – variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos neste contrato;
- II – atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas neste contrato;
- III – alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;
- IV – empenho de dotações orçamentárias.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue naturalmente pela execução integral do objeto ou pelo transcurso do prazo nele estipulado, neste caso independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes quando não se tratar de contrato por escopo.

11.2. O contrato pode ser extinto pela CONTRATANTE, de forma unilateral ou consensual, de forma escrita e fundamentada pela Autoridade e reduzidas a termo no processo, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou do transcurso do prazo nele fixado, por quaisquer dos seguintes motivos:

- I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias, referenciais ou cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade competente;
- III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- VII – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

11.3. O contrato pode ser extinto pela CONTRATADA, de forma escrita e fundamentada, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou do transcurso do prazo nele fixado, por quaisquer dos seguintes motivos:

- I – supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no item 9.2 deste contrato;
- II – suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III – repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações;
- IV – atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela CONTRATANTE por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

11.3.1. Poderá não ser admitida, pela CONTRATANTE, a extinção do contrato no caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a CONTRATADA tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído.



11.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, à CONTRATANTE são assegurados os direitos e prerrogativas constantes no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I – quando der causa à inexecução parcial do contrato;
- II – quando der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – quando der causa à inexecução total do contrato;
- IV – deixar de entregar a documentação exigida;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;
- VII – apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante o processo de contratação ou na execução do contrato;
- VIII – fraudar a licitação, dispensa ou inexigibilidade, ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- IX – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- X – concorrer para a prática de atos de nepotismo;
- XI – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

12.2. À CONTRATADA serão aplicadas as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Eventual ato normativo municipal promulgado durante a vigência do contrato, cujo objeto seja a regulamentação da apuração de infrações, dosimetria e aplicação de sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, ser-lhe-á imediatamente aplicado.

12.4. A imposição de multa observará a metodologia de cálculo seguinte: (1) moratória de 0,33% (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente ao item contratado, até o limite de 9,9%; (2) moratória de 10% em caso da não entrega do objeto ou rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, calculado sobre o valor correspondente ao item contratado; (3) moratória de até 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor correspondente ao item contratado, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

13.1. Deve ser considerada confidencial toda e qualquer informação observada ou revelada, por qualquer meio, em decorrência da execução do contrato, contendo ou não a expressão “CONFIDENCIAL”.



13.2. O termo “INFORMAÇÃO” abrange qualquer modo de apresentação ou observação, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando à: diagramas de redes, fluxogramas, processos, projetos, ambiente físico e lógico, topologia de redes, configurações de equipamentos, entre outras e que, diretamente ou por intermédio de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venha a CONTRATADA ter acesso durante ou em razão da execução do contrato.

13.3. Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, a CONTRATADA deverá mantê-la sob sigilo até que seja autorizada expressamente pelo representante legal da CONTRATANTE, referido no contrato, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa da CONTRATANTE poderá ser interpretada como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos ou liberação de forma tácita.

13.4. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo de toda e qualquer informação a que tiver acesso em função da prestação dos serviços contratados.

13.5. A CONTRATADA deverá assegurar o sigilo e segurança das informações, documentos e bancos de dados da CONTRATANTE, e adotar todas as providências necessárias para garantir o sigilo e segurança de toda e qualquer informação a que tiver acesso e armazenar em função da prestação dos serviços.

13.6. A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas, que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. As partes reconhecem, na sua integralidade, a vinculação deste contrato aos ditames da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, portanto, seu dever de conhecimento, observância e manutenção das boas práticas administrativas.

14.2. A CONTRATADA cumprirá, a todo momento, as leis de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

14.3. A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e fins exclusivos do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para outro propósito.

14.4. A CONTRATADA se certificará que seus empregados, representantes e prepostos, agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, bem como se



certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados dos servidores, usuários de sistemas e contribuintes da CONTRATANTE, assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a obrigações legais de confidencialidade.

14.5. Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados, ou terceiro solicitarem informações da CONTRATADA, relativas ao tratamento de dados pessoais, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, ou de qualquer forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais dos bancos de dados da CONTRATANTE, que detenha por força do presente contrato.

14.6. A CONTRATADA prontamente prestará assistência à CONTRATANTE no sentido de assegurar o cumprimento da obrigação de responder às solicitações dos titulares de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis aplicáveis à Proteção de Dados, não devendo realizar pagamentos de acesso que impliquem inviabilidade de controle e dimensionamento de uso dos serviços contratados.

14.7. A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra as suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violação de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridade de proteção de dados.

14.8. Na hipótese de ocorrência de violação de dados pessoais a partir das bases sob guarda da CONTRATADA, esta informará à CONTRATANTE, por escrito, acerca de tal violação, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento em que tomou ciência da violação, incluindo nas informações: (i) descrição da natureza da violação dos dados pessoais, descrevendo as categorias e o número aproximado de titulares de dados implicados, bem como as categorias e o número aproximado de registro de dados implicados; (ii) descrição das prováveis consequências ou das consequências já concretizadas da violação dos dados pessoais; e (iii) descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação de dados pessoais e para mitigar os possíveis efeitos adversos.

14.9. Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE todas as informações necessárias para comprovar a conformidade com as obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

14.10. A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade, dano, prejuízo, custos e despesas, incluindo, mas não se limitando, os honorários advocatícios, multas, e penalidades, ou custos investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas contra a CONTRATANTE, por conta de violação de proteção a dados



pessoais ocorrido durante a vigência do presente contrato em razão do não-cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas na legislação aplicável à proteção de dados, quais sejam: todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PREVENÇÃO E DO COMBATE À CORRUPÇÃO

15.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: a) declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis Federais nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis; b) comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos encionados na alínea anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados; c) comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Município qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do presente contrato; d) declaram que têm ciência que os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que também sejam tipificados como atos lesivos pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados pela Controladoria-Geral do Município de Santa Cecília.

15.2. Na execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTINEPOTISMO

16.1. Durante a vigência do contrato, é vedada à CONTRATADA a nomeação ou qualquer outra forma de pactuação para contratação de pessoas que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CONTRATANTE ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, extensivo ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais ou Presidente da Autarquia, Fundações e Gestores dos Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal, Procurador-Geral do Município ou Procurador-Chefe e do Agente Responsável pelo Controle Interno.

16.2. A vedação de que trata o item 15.1. é extensiva aos casos em que houver permissão de subcontratação de pessoa física ou jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Santa Cecília, Santa Catarina, com renúncia expressa



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

de qualquer outro, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente contrato. E, por assim estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento de contrato, parte integrante do Processo Administrativo Licitatório nº 022/2026 e Processo Administrativo Digital nº 074/2026.

17.2. E, assim, por estarem justas e compromissadas, as partes, por seus representantes legais, firmam o presente instrumento de forma eletrônica.

Santa Cecília (SC), __de _____de 2026.

[Assinado Eletronicamente]

CARLOS ENRIQUE GARCIA LANGER
Prefeito Municipal

[Assinado Eletronicamente]

CONTRATADA
Representante Legal